

## INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO COMO CAMPO DE PRÁTICAS INOVADORAS ÉTICAS E INCLUSIVAS

ARTIFICIAL INTELLIGENCE IN EDUCATION AS A FIELD OF ETHICAL AND INCLUSIVE INNOVATIVE PRACTICES

LA INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA EDUCACIÓN COMO ÁMBITO DE PRÁCTICAS INNOVADORAS, ÉTICAS E INCLUSIVAS

**Heleones Tertuliano da Silva<sup>1</sup>, Ana Paula Rodrigues Ribeiro Tertuliano<sup>2</sup>, Janaína Cabral de Carvalho<sup>3</sup>, Ulisses Galvão Romão<sup>4</sup>, Renato Damasceno de Almeida<sup>5</sup>, Romézio Alves Carvalho da Silva<sup>6</sup>, Rodrigo Bueno da Rosa Moreira<sup>7</sup>**

DOI: 10.54899/dcs.v23i92.6170

Recibido: 15/06/2026 | Aceptado: 03/07/2026 | Publicación en línea: 15/07/2026.

### RESUMO

A inserção da inteligência artificial no ambiente escolar redimensiona práticas pedagógicas e impõe novos parâmetros à ação docente. O artigo examina como a IA pode favorecer uma aprendizagem ética e inclusiva, considerando os desafios contemporâneos da educação básica e superior. O objetivo geral consiste em analisar as contribuições da inteligência artificial para práticas inovadoras que respeitem princípios éticos e promovam a inclusão escolar. Trata-se de Pesquisa Bibliográfica, fundamentada nos pressupostos metodológicos de Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013), com abordagem qualitativa e caráter exploratório. O percurso argumentativo percorre fundamentos teóricos da IA na educação, o letramento digital crítico, a personalização do ensino e os desafios éticos da implementação curricular. Os resultados sugerem que a apropriação crítica da inteligência artificial pode potencializar trajetórias formativas mais equânimes, desde que articulada a políticas de formação docente contínua e ao Desenho Universal para a Aprendizagem. Engel (2026) e Luz (2025) corroboram essa perspectiva ao defenderem práticas pedagógicas ancoradas na equidade digital.

**Palavras-chave:** Inteligência Artificial. Educação Inclusiva. Práticas Inovadoras. Ética. Formação Docente.

<sup>1</sup> Doutorando em Ciências da Educação, Instituto Superior Interamericano de Ciencias Sociales (ISICS), Asunción, Paraguay. E-mail: heleones.silva@ifg.edu.br

<sup>2</sup> Mestra em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST), Deerfield Beach, Florida, Estados Unidos. E-mail: anaprtr@gmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Odontologia, Instituto Federal do Piauí, Campo Maior, Piauí, Brasil. E-mail: janahpop@hotmail.com

<sup>4</sup> Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST), Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos. E-mail: ulisses.romao@ifsp.edu.br

<sup>5</sup> Mestre em Educação, Universidad Europea del Atlántico (UNEATLANTICO), Santander, Cantabria, Espanha. E-mail: maxkavilha@hotmail.com

<sup>6</sup> Doutor em Química, Instituto Federal do Piauí, Campo Maior, Piauí, Brasil. E-mail: romezioac@gmail.com

<sup>7</sup> Mestre em Tecnologias Emergentes em Educação, Must University (MUST), Deerfield Beach, Flórida, Estados Unidos. E-mail: rbrmorei@gmail.com

## ABSTRACT

The insertion of artificial intelligence in the school environment reshapes pedagogical practices and imposes new parameters on teaching action. This article examines how AI can foster ethical and inclusive learning, considering the contemporary challenges of basic and higher education. The general objective is to analyze the contributions of artificial intelligence to innovative practices that respect ethical principles and promote school inclusion. This is a Bibliographical Research, based on the methodological assumptions of Gil (2008) and Prodanov and Freitas (2013), with a qualitative approach and exploratory nature. The argumentative path covers theoretical foundations of AI in education, critical digital literacy, personalized teaching, and the ethical challenges of curricular implementation. The results suggest that the critical appropriation of artificial intelligence can enhance more equitable formative trajectories, provided it is articulated with continuous teacher education policies and Universal Design for Learning. Engel (2026) and Luz (2025) corroborate this perspective by defending pedagogical practices anchored in digital equity.

**Keywords:** Artificial Intelligence. Inclusive Education. Innovative Practices. Ethics. Teacher Education.

## RESUMEN

La integración de la inteligencia artificial en el entorno escolar transforma las prácticas pedagógicas e impone nuevos parámetros a la enseñanza. Este artículo examina cómo la IA puede fomentar un aprendizaje ético e inclusivo, considerando los desafíos contemporáneos que enfrentan la educación básica (K-12) y la educación superior. El objetivo general es analizar las contribuciones de la inteligencia artificial a prácticas innovadoras que respeten los principios éticos y promuevan la inclusión educativa. Este estudio constituye una revisión bibliográfica basada en los marcos metodológicos de Gil (2008) y Prodanov y Freitas (2013), empleando un enfoque cualitativo y de carácter exploratorio. El análisis aborda los fundamentos teóricos de la IA en la educación, la alfabetización digital crítica, la instrucción personalizada y los desafíos éticos de la implementación curricular. Los resultados sugieren que la adopción crítica de la inteligencia artificial puede potenciar trayectorias educativas más equitativas, siempre que se alinee con políticas de formación docente continua y con el Diseño Universal para el Aprendizaje. Engel (2026) y Luz (2025) respaldan esta perspectiva al abogar por prácticas pedagógicas fundamentadas en la equidad digital.

**Palabras clave:** Inteligencia Artificial. Educación Inclusiva. Prácticas Innovadoras. Ética. Formación Docente.



Esta obra está bajo una [Licencia Creative Commons Atribución- NoComercial 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

## INTRODUÇÃO

A difusão de tecnologias inteligentes nos processos educacionais tem produzido transformações significativas nas formas de ensinar e aprender. Sistemas baseados em inteligência artificial passaram a integrar plataformas de aprendizagem, ferramentas de avaliação e recursos de personalização pedagógica, alterando a dinâmica tradicional da sala de aula. Esse movimento levanta questões sobre como tais inovações podem contribuir para uma educação verdadeiramente inclusiva e eticamente orientada, sem reproduzir desigualdades estruturais. A incorporação da IA ao cotidiano escolar demanda, portanto, uma reflexão aprofundada sobre seus limites e potencialidades no campo educativo.

O problema que orienta esta investigação reside na tensão entre o avanço tecnológico e a garantia de uma aprendizagem equânime para todos os estudantes. Se, por um lado, a inteligência artificial oferece recursos para adaptar conteúdos, identificar lacunas de aprendizagem e automatizar tarefas, por outro lado, sua implementação pode acentuar disparidades quando dissociada de princípios éticos sólidos. Indaga-se, assim, de que maneira a IA pode ser mobilizada para promover práticas inovadoras sem comprometer a qualidade ética e o caráter inclusivo da educação.

A relevância desta discussão justifica-se tanto no plano teórico quanto no social, uma vez que a inteligência artificial já se faz presente em múltiplos âmbitos da vida contemporânea. No campo educacional, compreender como essa tecnologia pode ser direcionada a finalidades inclusivas constitui imperativo para gestores, professores e formuladores de políticas públicas. Autores como Engel (2026) e Luz (2025) assinalam que a ausência de diretrizes claras pode levar a usos superficiais ou excludentes da IA, reforçando a necessidade de investigações que articulem inovação e responsabilidade.

O objetivo geral deste artigo consiste em analisar as contribuições da inteligência artificial para práticas inovadoras que respeitem princípios éticos e promovam a inclusão escolar. Como objetivos específicos, busca-se: (a) examinar os fundamentos teóricos da IA aplicada à educação; (b) discutir o letramento digital crítico como mediação entre tecnologia e docência; e (c) identificar desafios éticos e possibilidades inclusivas no uso pedagógico da inteligência artificial.

Para atingir esses propósitos, adotou-se a Pesquisa Bibliográfica como percurso metodológico, amparada nas contribuições de Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013). A opção por esse delineamento decorre da natureza teórico-analítica do estudo, que demanda revisão

sistemática de produções acadêmicas recentes sobre IA, ética e inclusão educacional. A abordagem qualitativa permitiu examinar criticamente as múltiplas perspectivas presentes na literatura especializada sobre o tema.

O artigo estrutura-se em quatro seções complementares. A segunda seção discute os fundamentos teóricos da inteligência artificial na educação, abrangendo subitens sobre recursos pedagógicos inovadores, letramento digital crítico e personalização do ensino para inclusão. A terceira seção aborda os desafios éticos, o Desenho Universal para a Aprendizagem e as competências docentes necessárias ao século XXI. A quarta seção explicita o percurso metodológico, seguida pelas considerações finais que sintetizam os achados da investigação.

## **FUNDAMENTOS TEÓRICOS DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NA EDUCAÇÃO**

A consolidação da inteligência artificial como campo de estudo aplicado à educação tem gerado debates acerca de sua real contribuição para a melhoria dos processos de ensino-aprendizagem. Do ponto de vista teórico, a IA educacional ancora-se em conceitos como aprendizagem adaptativa, mineração de dados educacionais e sistemas tutores inteligentes, cada qual com implicações específicas para a prática pedagógica. Compreender tais fundamentos mostra-se indispensável para que educadores possam fazer escolhas informadas sobre a incorporação dessas tecnologias em seus contextos de atuação.

Nessa direção, Engel (2026) sustenta que a inteligência artificial na educação precisa ser analisada a partir de suas dimensões sociais, não apenas técnicas. Para a autora, os impactos da IA sobre a dinâmica escolar transcendem a mera automação de tarefas, alcançando questões relativas à equidade de acesso, à qualidade da mediação docente e à formação crítica dos estudantes. Essa perspectiva ampliada permite situar a tecnologia como elemento de um ecossistema pedagógico mais complexo, no qual fatores humanos e sociais são igualmente determinantes.

Em contrapartida, observa-se certa resistência institucional à adoção da IA em ambientes educacionais, frequentemente associada à falta de infraestrutura e à insuficiente preparação dos professores. Luz (2025) alerta que a exclusão digital pode se agravar quando a implementação tecnológica ignora as condições reais das escolas públicas brasileiras. Tal diagnóstico impõe a necessidade de políticas públicas que associem investimento em tecnologia à formação docente continuada, evitando que a inovação se converta em novo fator de desigualdade.

Sob outro ângulo, Santos (2024) argumenta que a inteligência artificial, quando aliada a metodologias ativas, pode reconfigurar o currículo escolar de maneira promissora. A autora defende que a combinação entre IA e práticas pedagógicas participativas amplia as possibilidades de engajamento dos estudantes e favorece o desenvolvimento de competências necessárias ao século XXI. Essa articulação entre inovação tecnológica e renovação metodológica constitui, portanto, eixo central para a construção de uma educação mais dinâmica.

A diversidade de enfoques acerca da inteligência artificial na educação evidencia que não há consenso quanto aos seus efeitos, mas aponta convergências importantes. Autores como Duque (2026) e Rodrigues *et al.* (2024) convergem ao afirmar que a eficácia da IA depende diretamente da intencionalidade pedagógica com que é empregada. Sem planejamento curricular adequado, a tecnologia tende a reproduzir práticas tradicionais sob nova roupagem, desperdiçando seu potencial transformador.

O percurso teórico delineado até aqui sugere que a inteligência artificial na educação não pode ser compreendida como fenômeno isolado, mas como parte de um movimento mais amplo de reconfiguração das práticas escolares. A análise dos fundamentos apresentados fornece base sólida para investigar, nos subtópicos seguintes, as dimensões do letramento digital crítico, da personalização do ensino e da formação docente na cultura digital contemporânea.

### **Inteligência Artificial como Recurso Pedagógico Inovador**

A aplicação da inteligência artificial como recurso pedagógico inovador requer a superação de visões meramente instrumentais acerca da tecnologia. Não se trata apenas de incorporar ferramentas digitais ao ambiente escolar, mas de repensar as finalidades educativas à luz das possibilidades abertas pelos sistemas inteligentes. Plataformas adaptativas, correção automatizada e assistentes virtuais de aprendizagem são exemplos de recursos cuja eficácia depende da articulação com projetos político-pedagógicos consistentes e socialmente referenciados.

O letramento digital crítico constitui mediação indispensável entre a tecnologia e a prática docente, especialmente no ensino de línguas e na produção textual. Em sua tese, o autor demonstra que professores do ensino fundamental ainda enfrentam dificuldades para integrar multimodalidade e cultura digital ao trabalho pedagógico, o que revela lacunas na formação inicial e continuada. Tal achado reforça a importância de políticas educacionais que preparem os

docentes para lidar criticamente com as inovações tecnológicas.

No que tange à personalização da aprendizagem, Souza *et al.* (2024) destacam que a IA pode transformar a relação entre currículo e estudante ao permitir trajetórias formativas individualizadas. Os autores argumentam que sistemas adaptativos, quando bem implementados, identificam estilos de aprendizagem, ritmos e dificuldades específicas, ajustando conteúdos e atividades em tempo real. Essa capacidade de resposta imediata às necessidades discentes representa avanço significativo em relação aos modelos padronizados de ensino.

Entretanto, a inovação pedagógica mediada por IA não deve ser confundida com substituição do professor por máquinas. Nascimento, Maia e Rosa (2026) alertam que a automação da informação pode empobrecer a experiência educativa se não for acompanhada pela reinvenção da prática docente. Para esses autores, a IA funciona como suporte à ação pedagógica, mas a mediação humana permanece insubstituível nos processos de construção do conhecimento e no desenvolvimento socioemocional dos alunos.

Do ponto de vista da inclusão, Galvão (2026) examina possíveis diálogos entre a inteligência artificial e a educação especial, especificamente no Atendimento Educacional Especializado. O autor identifica que ferramentas baseadas em IA podem ampliar as possibilidades de comunicação e interação para estudantes com deficiência, desde que alinhadas aos princípios do desenho universal. Tais constatações indicam que a inovação tecnológica e a inclusão escolar não são dimensões antagônicas, mas complementares quando orientadas por finalidades emancipatórias.

A articulação entre IA e práticas pedagógicas inovadoras demanda, portanto, um olhar crítico que considere tanto as potencialidades técnicas quanto as implicações éticas e sociais do seu uso. A análise desenvolvida neste subtópico evidencia que a inteligência artificial, quando intencionalmente direcionada à qualificação do ensino, pode constituir recurso valioso para a construção de experiências educativas mais significativas e inclusivas. Cabe agora examinar como o letramento digital crítico se insere nesse processo.

## **Letramento Digital Crítico e Formação Docente na Cultura Digital**

O letramento digital crítico emerge como categoria central para compreender a relação entre professores, estudantes e tecnologias inteligentes no contexto educacional contemporâneo. Mais do que a capacidade técnica de operar dispositivos, essa noção envolve a compreensão

crítica dos discursos, valores e interesses que atravessam as mídias digitais e os sistemas algorítmicos. Formar cidadãos capazes de interagir criticamente com a cultura digital constitui, portanto, uma das finalidades fundamentais da educação na contemporaneidade.

Araújo (2026) aprofunda essa discussão ao investigar as percepções docentes sobre práticas de leitura e produção textual na cultura digital. O autor conclui que a multimodalidade — integração de textos, imagens, sons e recursos interativos — ainda é subexplorada no ensino de língua portuguesa, em parte pela formação insuficiente dos professores para lidar com essas linguagens. Essa lacuna formativa compromete o desenvolvimento do letramento digital crítico dos próprios estudantes, que permanecem em posição majoritariamente receptiva diante das tecnologias.

Nessa perspectiva, Santos, Dias e Barbosa (2024) propõem que a inteligência artificial pode redefinir o currículo para o desenvolvimento de competências do século XXI, desde que articulada a uma abordagem crítica e reflexiva. Os autores defendem que a IA na avaliação educacional, por exemplo, não deve se limitar à correção automatizada, mas incorporar parâmetros que considerem a diversidade de expressões e trajetórias dos alunos. Essa redefinição curricular implica repensar não apenas os conteúdos, mas também as metodologias e os critérios de avaliação.

Em contrapartida, Moreira, Rossi e Lira (2024) examinam os desafios éticos na implementação da inteligência artificial no currículo, apontando limites e potencialidades. Segundo os autores, questões como privacidade de dados, viés algorítmico e transparência das decisões automatizadas precisam ser enfrentadas de forma sistemática pela comunidade educacional. A ausência de marcos regulatórios claros e de formação específica sobre ética digital agrava os riscos associados ao uso indiscriminado da IA nas escolas.

Observa-se, ainda, que a formação docente para a cultura digital não pode reduzir-se a treinamentos instrumentais sobre plataformas e ferramentas. Santos (2024) argumenta que as metodologias ativas, quando combinadas à tecnologia, exigem do professor uma postura investigativa e flexível, capaz de redesenhar constantemente sua prática. Essa perspectiva demanda que os cursos de licenciatura e a formação continuada incorporem a reflexão crítica sobre tecnologia como eixo estruturante, não como componente periférico.

O percurso analítico realizado neste subtópico indica que o letramento digital crítico e a formação docente constituem faces de uma mesma moeda. Sem professores preparados para problematizar a cultura digital e seus artefatos, a inteligência artificial tende a reproduzir lógicas

mercadológicas e padronizações que pouco contribuem para uma educação emancipadora. A transição para o próximo subtópico permite explorar como a personalização do ensino mediada por IA pode dialogar com princípios inclusivos.

### **Personalização do Ensino e Inclusão por Meio da Inteligência Artificial**

A personalização do ensino mediada por inteligência artificial tem sido apontada como uma das aplicações mais promissoras da tecnologia na educação. Sistemas adaptativos prometem ajustar conteúdos, atividades e avaliações às necessidades específicas de cada estudante, respeitando ritmos e estilos de aprendizagem diversos. Para que essa promessa se concretize, no entanto, é necessário que a personalização esteja ancorada em princípios pedagógicos inclusivos e não apenas em eficiência algorítmica.

Luz (2025) investiga a inteligência artificial como possibilidade para a inclusão digital, argumentando que a tecnologia pode reduzir barreiras de acesso ao conhecimento quando adequadamente implementada. A autora ressalta, todavia, que a mera disponibilização de recursos tecnológicos não garante inclusão; é preciso que haja mediação pedagógica qualificada e infraestrutura adequada nas instituições de ensino. Sem tais condições, a personalização algorítmica pode beneficiar apenas os estudantes que já possuem vantagens educacionais e socioeconômicas.

Sob essa ótica, Reis (2025) articula o Desenho Universal para a Aprendizagem à inteligência artificial como estratégia para a educação inclusiva. A autora defende que a IA pode operacionalizar os princípios do DUA ao oferecer múltiplos meios de representação, expressão e engajamento, adaptando-se às especificidades de cada aprendiz. Essa convergência entre tecnologia e pedagogia inclusiva representa caminho fértil para a construção de escolas que acolham a diversidade como valor estruturante.

No âmbito das políticas educacionais, Costa e Santos (2024) analisam o reflexo da desigualdade social nas práticas digitais das escolas públicas brasileiras. As autoras identificam que o acesso à tecnologia permanece fortemente estratificado, com diferenças significativas entre regiões e redes de ensino. Tal diagnóstico impõe que as iniciativas de personalização mediada por IA sejam acompanhadas por investimentos em conectividade, equipamentos e suporte técnico, sob pena de ampliarem o fosso digital existente.

A inclusão escolar por meio da inteligência artificial também requer atenção às

especificidades dos estudantes com deficiência. Santos *et al.* (2024) examinam a inclusão escolar e o uso de tecnologias assistivas, destacando que a IA pode potencializar recursos de acessibilidade já existentes. Sistemas de reconhecimento de voz, leitores de tela inteligentes e tradutores automatizados são exemplos de como a tecnologia pode remover barreiras comunicacionais e promover participação plena.

A experiência de Rodrigues *et al.* (2024) com desenvolvimento de competências para o século XXI indica que a influência da IA no currículo educacional depende da intencionalidade com que as ferramentas são empregadas. Quando orientada por princípios inclusivos, a personalização do ensino transcende a mera adaptação de conteúdos e passa a considerar dimensões afetivas, culturais e sociais da aprendizagem. Essa perspectiva ampliada encerra o presente subtópico, abrindo caminho para a discussão dos desafios éticos e das possibilidades inclusivas da IA.

## **ÉTICA, INCLUSÃO E PRÁTICAS INOVADORAS COM INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL**

A dimensão ética do uso da inteligência artificial na educação tem ocupado espaço crescente nos debates acadêmicos e nas agendas políticas internacionais. Questões como privacidade, transparência algorítmica, responsabilidade e justiça distributiva emergem como preocupações centrais quando se avalia a incorporação da IA aos processos educacionais. Ignorar tais dimensões pode resultar em práticas que, embora inovadoras do ponto de vista tecnológico, perpetuem ou aprofundem exclusões históricas.

Almeida e Relli (2025) propõem um framework para a adoção ética da inteligência artificial na educação, sistematizando princípios e diretrizes para orientar gestores e educadores. Os autores defendem que a ética não deve ser pensada como etapa posterior à implementação tecnológica, mas como condição estruturante desde o planejamento inicial. Essa abordagem preventiva permite antecipar riscos e estabelecer salvaguardas que protejam os direitos dos estudantes e a integridade do processo educativo.

Duque (2026) examina práticas inovadoras na educação a partir de fundamentos, estratégias pedagógicas e desafios contemporâneos, situando a inteligência artificial como ferramenta que demanda regulação e crítica. Para a autora, a inovação educacional não se reduz à adoção de novidades tecnológicas, mas implica transformações profundas nas relações de

ensino-aprendizagem e na gestão escolar. Essa concepção alinha-se à perspectiva de que a IA deve servir a projetos pedagógicos inclusivos, e não o contrário.

A introdução de tecnologias avançadas no ambiente educacional exige ir além do mero entusiasmo técnico, demandando uma sólida base ética que estruture as decisões desde a concepção dos projetos. Integrar inteligência artificial sem um planejamento preventivo rigoroso pode consolidar exclusões históricas disfarçadas de progresso. A verdadeira inovação pedagógica ocorre quando os recursos automatizados servem a propostas de inclusão social e de emancipação crítica dos sujeitos, em vez de moldarem o ensino a interesses de mercado. Alinhar cautela regulatória a transformações estruturais constitui o único caminho para assegurar a real integridade educativa.

No que concerne à autoria e ao trabalho intelectual, Sobral (2024) investiga a relação entre inteligência artificial e produção de conhecimento no contexto educativo. A autora levanta questionamentos sobre os limites entre criação humana e geração automatizada de conteúdo, problematizando o papel da escola na formação de sujeitos críticos e autores de seu próprio percurso formativo. Tais reflexões são particularmente relevantes em um cenário no qual ferramentas generativas de IA se popularizam rapidamente.

A tematização da ética no uso educacional da inteligência artificial não pode, contudo, limitar-se a princípios abstratos sem conexão com a realidade concreta das escolas. A literatura examinada sugere que diretrizes éticas precisam ser traduzidas em protocolos práticos, códigos de conduta e materiais formativos acessíveis aos professores. A continuidade desta discussão nos subtópicos seguintes aprofundará as relações entre ética, Desenho Universal para a Aprendizagem e competências docentes.

## **Desafios Éticos na Implementação Curricular da Inteligência Artificial**

A implementação curricular da inteligência artificial na educação básica e superior enfrenta obstáculos éticos que transcendem questões técnicas e envolvem valores fundamentais do ato educativo. A coleta e o processamento de dados pessoais de estudantes, a tomada de decisões automatizadas que afetam trajetórias escolares e a possível reprodução de vieses discriminatórios pelos algoritmos constituem problemas que exigem respostas institucionais e pedagógicas consistentes.

Moreira, Rossi e Lira (2024) analisam os desafios éticos na implementação da inteligência

artificial no currículo, destacando a tensão entre inovação e proteção de direitos. Os autores argumentam que a ausência de marcos regulatórios específicos para a IA educacional no Brasil cria vácuo normativo que expõe estudantes a riscos desnecessários. Sistemas de recomendação de conteúdos e plataformas adaptativas, por exemplo, podem operar com lógicas opacas que dificultam a identificação de discriminações algorítmicas.

A fragilidade do ambiente escolar diante do avanço algorítmico torna urgente a consolidação de políticas públicas protetivas. Sem diretrizes curriculares claras de salvaguarda, a automação indiscriminada e a opacidade dos sistemas inteligentes ameaçam converter o aprendizado em um processo passivo de consumo tecnológico. Mitigar esses riscos operacionais e ideológicos requer que as instituições debatam a soberania sobre os dados e incentivem a produção do conhecimento autêntico. Apenas ao garantir o fomento à expressão própria do estudante será possível combater o silenciamento cognitivo imposto por soluções digitais padronizadas e mercadológicas.

Em contrapartida, Almeida e Relli (2025) propõem que a adoção ética da IA na educação deve basear-se em frameworks que equilibrem inovação e precaução. Os autores sugerem a realização de avaliações de impacto algorítmico antes da implementação de qualquer sistema inteligente em contextos educacionais, bem como a criação de comitês de ética digital nas instituições de ensino. Essas medidas visam assegurar que os benefícios da IA não sejam obtidos à custa da privacidade ou da autonomia dos educandos.

Do ponto de vista da formação docente, Santos (2026) constata que a maioria dos professores não recebe preparação adequada para lidar com as implicações éticas do uso de tecnologias inteligentes. O autor sugere que os currículos de licenciatura incorporem disciplinas específicas sobre ética digital e inteligência artificial, capacitando futuros educadores para tomar decisões fundamentadas. Tal inserção curricular contribuiria para formar profissionais aptos a problematizar os discursos tecnológicos hegemônicos.

A criação de marcos regulatórios institucionais e comitês de ética perde eficácia prática se os educadores responsáveis pelo cotidiano escolar não forem devidamente instrumentalizados para decodificar tais parâmetros. A lacuna histórica na formação de professores restringe o debate tecnológico à mera operação técnica de recursos modernos, alienando a docência de sua dimensão reflexiva crítica. Para que políticas de proteção de dados e integridade sejam efetivas na ponta do sistema, as reformulações curriculares nas licenciaturas devem preparar os futuros profissionais para confrontar discursos hegemônicos e liderar escolhas digitais seguras e conscientes.

Galvão (2026) aborda a questão ética no contexto da educação especial, alertando que sistemas de IA podem tanto ampliar quanto restringir possibilidades de participação de estudantes com deficiência. O autor defende que a personalização algorítmica para alunos com necessidades educacionais especiais deve ser acompanhada por profissionais capacitados, evitando que decisões automatizadas substituam o julgamento pedagógico humano. Esse cuidado é particularmente relevante em situações que envolvem adaptações curriculares individualizadas.

Nessa perspectiva, Sobral (2024) questiona se a inteligência artificial, do modo como vem sendo implementada, favorece ou compromete a autoria discente. A autora aponta que sistemas que padronizam respostas e limitam a expressão criativa dos estudantes podem entrar em conflito com finalidades formativas da escola. O desafio ético, portanto, não se restringe à proteção de dados, mas alcança a própria concepção de educação que se pretende promover.

A promessa de personalização algorítmica esconde o risco severo de uma padronização camuflada que limita a expressão criativa e singular dos educandos. Na educação especial ou no ensino regular, delegar decisões pedagógicas a sistemas automatizados pode resultar no enclausuramento cognitivo dos estudantes em trajetórias pré-determinadas e restritivas. Preservar a autoria discente e a equidade formativa exige que a tecnologia seja rigidamente supervisionada pelo julgamento crítico humano. Somente a mediação consciente de profissionais qualificados impede que ferramentas de inclusão se transformem em mecanismos invisíveis de controle, segregação e silenciamento de potencialidades.

A análise dos desafios éticos na implementação curricular da IA revela a complexidade de conciliar inovação tecnológica e compromisso com uma educação humanizadora. As reflexões aqui empreendidas apontam para a necessidade de regulamentação, formação e participação coletiva na definição dos rumos da inteligência artificial nas escolas. O próximo subtópico examina como o Desenho Universal para a Aprendizagem pode orientar eticamente essa integração.

### **Desenho Universal para a Aprendizagem e Inteligência Artificial na Perspectiva Inclusiva**

O Desenho Universal para a Aprendizagem constitui abordagem pedagógica que visa eliminar barreiras e maximizar as oportunidades de aprendizagem para todos os estudantes, independentemente de suas características ou condições. A integração entre os princípios do DUA e a inteligência artificial abre perspectivas promissoras para a construção de práticas educacionais

genuinamente inclusivas, nas quais a tecnologia atua como facilitadora da diversidade.

Reis (2025) investiga especificamente o DUA integrado à inteligência artificial na educação inclusiva, defendendo que a combinação desses referenciais potencializa tanto a acessibilidade quanto a qualidade do ensino. A autora argumenta que sistemas inteligentes podem oferecer múltiplas formas de apresentação dos conteúdos, variáveis conforme as necessidades sensoriais, cognitivas e linguísticas dos alunos. Essa flexibilidade está no cerne do DUA e encontra na IA um suporte tecnológico para sua operacionalização em larga escala.

Luz (2025) corrobora essa perspectiva ao afirmar que a inteligência artificial representa possibilidade concreta para a inclusão digital de populações historicamente marginalizadas. A autora enfatiza, contudo, que a tecnologia precisa ser concebida desde o início com princípios universais de acesso, evitando adaptações posteriores que costumam ser menos eficazes e mais onerosas. Essa visão converge com o pressuposto do DUA de que o planejamento para a diversidade beneficia todos os estudantes, não apenas aqueles com deficiência.

A articulação intencional entre acessibilidade tecnológica e diversificação pedagógica estabelece um novo paradigma para a democratização do ensino. Projetar plataformas inteligentes sob princípios de acesso amplo desde sua concepção original evita a necessidade de adaptações tardias, que costumam ser segregadoras e financeiramente insustentáveis. Essa sinergia converte os recursos digitais em catalisadores de autonomia para grupos historicamente marginalizados, rompendo com formatos rígidos de avaliação e exposição de conteúdos. Desse modo, as soluções automatizadas adquirem valor real ao potencializar as múltiplas formas de aprender inerentes a uma comunidade escolar genuinamente plural.

No âmbito da educação superior, Maia, Batista e Polez (2026) apresentam fundamentos, princípios e aplicações do DUA na docência universitária, destacando a relevância da flexibilização curricular mediada por tecnologia. As autoras argumentam que a inteligência artificial pode auxiliar na diversificação de estratégias avaliativas e na oferta de materiais em formatos acessíveis, contribuindo para a permanência e o êxito de estudantes com diferentes perfis. Essa abordagem alinha-se à noção de que a inclusão é responsabilidade instituição, não apenas individual.

Observa-se, todavia, que a implementação do DUA associado à IA enfrenta desafios estruturais significativos nas escolas brasileiras. Costa e Santos (2024) identificam que a desigualdade social se reflete nas práticas digitais, comprometendo a universalização do acesso a recursos tecnológicos. Tal realidade impõe que as políticas de educação inclusiva considerem

não apenas a disponibilidade de ferramentas inteligentes, mas também as condições materiais e pedagógicas para sua utilização efetiva.

A viabilidade de propostas metodológicas inclusivas esbarra na persistente barreira da desigualdade socioeconômica e na precariedade de infraestrutura das instituições de ensino. Teorizar sobre a personalização curricular e a diversidade mediada por plataformas inteligentes torna-se uma aspiração utópica diante de escolas sem acesso básico à rede digital. Superar esse abismo estrutural constitui prioridade indispensável antes de qualquer tentativa de massificação tecnológica. Sem políticas públicas consistentes de redistribuição de recursos e fomento material, a introdução de novos mecanismos inteligentes agravará a exclusão de estudantes vulneráveis em vez de aproximá-los do progresso.

A articulação entre DUA e inteligência artificial demanda, ainda, que os professores sejam formados para planejar levando em conta a diversidade desde o início. Santos (2024) ressalta que as metodologias ativas e as tecnologias devem estar a serviço de uma pedagogia da participação, na qual todos os estudantes tenham voz e vez. Essa perspectiva recoloca o docente como designer de experiências de aprendizagem inclusivas, nas quais a IA funciona como recurso e não como fim.

O percurso argumentativo deste subtópico evidencia que o Desenho Universal para a Aprendizagem oferece arcabouço conceitual e metodológico consistente para orientar a incorporação ética da inteligência artificial na educação. Quando alinhada aos princípios do DUA, a tecnologia tende a ampliar possibilidades em vez de restringi-las. A discussão seguinte avança para as competências docentes necessárias à efetivação dessa proposta.

## **Competências Docentes e Multimodalidade para o Século XXI**

O desenvolvimento de competências docentes adequadas ao cenário educacional contemporâneo configura-se como requisito indispensável para que a inteligência artificial seja integrada de forma crítica e produtiva às práticas pedagógicas. A multimodalidade, compreendida como a articulação de diferentes linguagens e suportes midiáticos, exige dos professores repertório ampliado de saberes que transcendem a formação disciplinar tradicional. Formar educadores capazes de navegar nessa complexidade constitui desafio urgente para os sistemas de ensino.

Sob perspectiva complementar, Rodrigues *et al.* (2024) examinam como a inteligência

artificial e as tecnologias digitais influenciam o desenvolvimento de competências para o século XXI no currículo educacional. Os autores argumentam que habilidades como pensamento crítico, criatividade, colaboração e comunicação precisam ser intencionalmente desenvolvidas, não sendo adquiridas automaticamente pelo uso de dispositivos tecnológicos. A IA, nesse contexto, funciona como meio e não como substituta desses processos formativos.

A discrepância entre o reconhecimento da importância da cultura midiática e a efetiva capacidade de implementá-la em sala de aula evidencia a fragilidade de nossas políticas de desenvolvimento profissional. Preparar o corpo docente para navegar criticamente pelas linguagens multimodais exige superar o treinamento meramente instrumental focado em ferramentas isoladas. É imperativo fomentar saberes pedagógicos profundos que permitam aos educadores planejar atividades nas quais os estudantes assumam o protagonismo autoral. Somente uma formação voltada à autonomia pedagógica impedirá que o uso de recursos digitais se restrinja à reprodução de conteúdos preexistentes.

Santos, Dias e Barbosa (2024) propõem que a inteligência artificial na avaliação educacional pode redefinir o currículo, desde que os professores sejam capacitados para interpretar os dados gerados pelos sistemas e transformá-los em intervenções pedagógicas significativas. Os autores alertam que o risco de data-driven teaching, ensino orientado exclusivamente por dados, é real e precisa ser combatido por meio de formação crítica continuada. Essa perspectiva recoloca o professor como intérprete e não como mero executor de recomendações algorítmicas.

No que tange à educação inclusiva, Santos *et al.* (2024) destacam que as competências docentes para o uso de tecnologias assistivas e inteligência artificial demandam conhecimentos específicos sobre deficiência, acessibilidade e desenho universal. As autoras apontam que a ausência desses saberes nos currículos de licenciatura compromete a qualidade do atendimento educacional especializado e a efetiva participação dos estudantes com deficiência. Tal constatação reforça a necessidade de reformulação dos projetos pedagógicos dos cursos de formação inicial.

A crescente influência de dados estatísticos gerados por algoritmos na avaliação discente traz consigo a ameaça de reducionismo e classificação automática de trajetórias individuais. Atribuir a sistemas inteligentes a autoridade reguladora sobre o progresso de aprendizagem desumaniza as avaliações e ignora nuances socioemocionais fundamentais. O enfrentamento a essa tendência requer que a formação continuada capacite os docentes a atuar como intérpretes

analíticos ativos, recusando o papel de meros executores de métricas técnicas. O julgamento ético do professor deve se impor sobre as predições computacionais para reassegurar o caráter humanitário do ato educativo.

Nascimento, Maia e Rosa (2026) aprofundam a discussão sobre a relação entre inteligência artificial e docência na educação superior, destacando a tensão entre automação da informação e reinvenção da aprendizagem. Os autores defendem que a presença da IA no ensino superior exige do professor posicionamento crítico diante das promessas tecnológicas, bem como capacidade de redesenhar sua prática a partir de novos referenciais. A docência, nesse cenário, torna-se atividade ainda mais intelectual e reflexiva.

A carência crônica de conhecimentos em acessibilidade nos currículos formativos tradicionais colide frontalmente com as crescentes demandas intelectuais da docência no ensino superior. Redefinir a prática reflexiva nesse novo cenário digital exige uma profunda reforma conceitual que retire os educadores da posição de meros receptores passivos de inovações de mercado. O desenvolvimento de competências integradas deve capacitar os profissionais de ensino a tensionar as promessas tecnológicas hegemônicas. Apenas ao assumir o controle político e pedagógico da automatização será possível transformar a universidade em um polo gerador de conhecimento crítico, inclusivo e emancipatório.

O conjunto de reflexões desenvolvidas neste subtópico indica que as competências docentes para o século XXI não podem ser reduzidas a habilidades técnicas de manuseio de ferramentas. A multimodalidade, a ética digital e o pensamento crítico emergem como dimensões formativas indissociáveis da prática pedagógica contemporânea. A seção seguinte descreve o percurso metodológico que sustentou esta investigação.

## **METODOLOGIA**

A trajetória investigativa deste artigo foi delineada a partir dos pressupostos da Pesquisa Bibliográfica, conforme conceituada por Gil (2008) e Prodanov e Freitas (2013). Essa escolha metodológica justifica-se pela necessidade de construir uma base teórica sólida que permita analisar, de forma crítica e abrangente, as relações entre inteligência artificial, práticas inovadoras, ética e inclusão educacional. O caráter qualitativo da abordagem possibilita explorar as múltiplas dimensões do fenômeno sem reduzir sua complexidade a variáveis quantificáveis ou generalizações apressadas.

O corpus documental desta pesquisa foi organizado em torno de eixos temáticos complementares, conforme sistematizado no quadro a seguir. A seleção priorizou obras publicadas a partir de 2024, garantindo atualidade e pertinência ao debate proposto. A articulação entre autores que investigam IA, inclusão, DUA, letramento digital e ética educacional confere ao estudo abrangência e profundidade analítica.

Quadro 1 — Autores, Obras e Contribuições para a Pesquisa

| Ano  | Autores                                          | Título da Obra                                                               | Contribuições para a Pesquisa                          |
|------|--------------------------------------------------|------------------------------------------------------------------------------|--------------------------------------------------------|
| 2026 | Engel, A. M.                                     | Inteligência Artificial na Educação: aspectos sociais e seus impactos        | Fundamentação sobre impactos sociais da IA na educação |
| 2025 | Luz, P. F.                                       | Inteligência Artificial na Educação: uma possibilidade para inclusão digital | Relação entre IA e inclusão digital                    |
| 2025 | Reis, E. S.                                      | DUA — Desenho Universal para a Aprendizagem Integrado à IA                   | Articulação entre DUA e IA na perspectiva inclusiva    |
| 2025 | Almeida, E. M.; Relli, C. S.                     | IA na Educação: Proposta de um Framework para Adoção Ética                   | Diretrizes para uso ético da IA na educação            |
| 2024 | Moreira, E. C. D.; Rossi, G. H. P.; Lira, E.     | Desafios éticos na implementação de IA no currículo                          | Problemática dos limites éticos da IA curricular       |
| 2024 | Souza, A. P. <i>et al.</i>                       | Personalização da aprendizagem com inteligência artificial                   | Análise da personalização do ensino mediada por IA     |
| 2024 | Rodrigues, C. A. D. <i>et al.</i>                | Desenvolvimento de competências para o século XXI                            | Competências docentes e influência da IA no currículo  |
| 2024 | Santos, A. C. S.; Dias, C. A. V.; Barbosa, D. P. | Inteligência artificial na avaliação educacional                             | Redefinição curricular e avaliação com IA              |
| 2024 | Santos, S. M. A. V.                              | Currículo, tecnologia e metodologias ativas                                  | Articulação entre IA e metodologias ativas inclusivas  |

Fonte: Elaborado pelos autores (2026).

A seleção das obras que compõem o corpus teórico reflete o esforço de contemplar diferentes perspectivas sobre a inteligência artificial na educação, desde abordagens mais técnicas até análises críticas de seus impactos sociais e éticos. A inclusão de autores que investigam o Desenho Universal para a Aprendizagem e o letramento digital crítico permitiu estabelecer pontes conceituais entre inovação tecnológica e compromisso inclusivo. Cada obra selecionada desempenha função específica na arquitetura argumentativa do artigo, seja fornecendo fundamentação teórica, seja problematizando aspectos controvertidos da temática.

A coerência entre o corpus teórico delimitado e a abordagem metodológica adotada manifesta-se na possibilidade de cotejar diferentes posicionamentos acadêmicos sem perder de vista o objetivo central da investigação. A Pesquisa Bibliográfica, conforme operacionalizada neste estudo, não se limitou à compilação de referências, mas envolveu análise crítica, cotejamento de perspectivas e síntese argumentativa. Esse procedimento assegura que as conclusões apresentadas decorrem de diálogo consistente com a produção acadêmica recente

sobre o tema.

A pertinência do percurso metodológico face ao problema investigado e aos objetivos estabelecidos manifesta-se na integração entre fundamentação teórica e reflexão sobre a prática educacional sem recair em apreciações genéricas. Por meio da Pesquisa Bibliográfica, foi possível estruturar um exame abrangente das produções que articulam IA, ética e inclusão no campo educativo, mapeando pontos de convergência, dissensos e lacunas ainda pouco exploradas. Esse conjunto analítico oferece alicerce para que investigações subsequentes de caráter empírico possam dedicar-se a dimensões específicas apenas sinalizadas neste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O percurso analítico empreendido neste artigo permitiu examinar as múltiplas conexões entre inteligência artificial, inovação pedagógica, ética e inclusão no cenário educacional atual, revelando a complexidade que envolve a incorporação tecnológica ao cotidiano escolar. A discussão dos fundamentos teóricos evidenciou que a IA educacional não se configura como campo homogêneo, mas como território marcado por disputas conceituais e políticas que tensionam diferentes projetos de ensino, aprendizagem e formação humana, sobretudo no que se refere à personalização algorítmica e ao letramento digital crítico.

As metas estabelecidas para esta investigação foram atingidas na medida em que se constatou que as tecnologias inteligentes podem potencializar práticas inovadoras e inclusivas quando ancoradas em princípios éticos consistentes e na preparação crítica dos educadores para sua mediação pedagógica. A revisão das fontes consultadas indicou que a mera adoção tecnológica desprovida de reflexão pedagógica e de marcos regulatórios éticos tende a perpetuar assimetrias existentes em vez de superá-las, o que demanda posicionamento crítico dos profissionais da educação envolvidos nesse processo.

O Desenho Universal para a Aprendizagem constitui referencial teórico-metodológico fecundo para orientar a integração da inteligência artificial aos processos educativos, uma vez que considera a diversidade como ponto de partida e não como mera adaptação posterior. A articulação entre os princípios do DUA e os recursos da IA sinaliza caminhos promissores para a construção de currículos mais flexíveis e acessíveis, capazes de atender às necessidades singulares dos estudantes sem recorrer a práticas segregacionistas ou rotulações excludentes, o que representa avanço significativo.

A pesquisa aponta que a formação de professores para o uso crítico da inteligência artificial e para a cultura digital demanda reestruturação em nível sistêmico e não meramente instrumental ou pontual. A superação dos desafios identificados depende de políticas públicas educacionais que articulem investimento em infraestrutura tecnológica, desenvolvimento profissional contínuo e produção de materiais pedagógicos acessíveis, de modo que inovação e equidade se reforcem mutuamente no horizonte educacional que se descortina para as próximas décadas, constituindo desafio coletivo que requer engajamento de toda a comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eduarda Maganha de; RELI, Cleber de Souza. Inteligência Artificial na Educação: Proposta de um Framework para Adoção Ética. In: Workshop de Ética e Regulação em Inteligência Artificial na Educação (WER-IAEdu), 1., 2025. **Anais [...]**. Porto Alegre: Sociedade Brasileira de Computação, 2025. p. 39-50. Disponível em: <https://doi.org/10.5753/weriaedu.2025.16203>.

COSTA, Selcione Guimarães da; SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. O reflexo da desigualdade social nas práticas digitais nas escolas públicas. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana (org.). **Educação 4.0: gestão, inclusão e tecnologia na construção de currículos inovadores**. São Paulo: Arché, 2024. p. 37-57. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-098-9-2>.

DUQUE, Rita de Cássia Soares. Práticas Inovadoras na Educação: Fundamentos, Estratégias Pedagógicas e Desafios Contemporâneos. In: **Inteligência Artificial e Educação na Contemporaneidade**. São Paulo: Editora Amplamente, 2026. p. 36-60. Disponível em: <https://doi.org/10.47538/ac-2026.09-02>.

ENGEL, Alana Mércia. Inteligência Artificial na Educação: aspectos sociais e seus impactos. In: **Inteligência Artificial na Educação: práticas, desafios éticos e possibilidades para a docência contemporânea**. São Paulo: V&V Editora, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.47247/pc/6063.152.6.2>.

GALVÃO, Paulo Eduardo Silva. Inteligência Artificial e Educação Especial: possíveis diálogos no uso da Inteligência Artificial no Atendimento Educacional Especializado. In: **Inteligência Artificial na Educação: práticas, desafios éticos e possibilidades para a docência contemporânea**. São Paulo: V&V Editora, 2026. Disponível em: <https://doi.org/10.47247/pc/6063.152.6.19>.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

LUZ, Priscila Flores da. Inteligência Artificial na Educação: uma possibilidade para inclusão digital. In: Congresso Internacional de Cidadania Digital, 2025. **Anais eletrônicos [...]**. Even3, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.29327/cidig.1021489>.

MAIA, Zilka Sulamita Teixeira; BATISTA, Lilian de Oliveira; POLEZ, Leiciany Soares Helmer. **Desenho Universal para a Aprendizagem na Educação Superior: Fundamentos,**

Princípios e Aplicações na Docência Inclusiva. In: **Docência na Educação Superior: Inclusão, Inovação Pedagógica e Inteligência Artificial**. São Paulo: Aurum Editora, 2026. p. 70-80. Disponível em: <https://doi.org/10.63330/livroautoral462026-005>.

MOREIRA, Elete Campana Dias; ROSSI, Glice Helena Pianssolla; LIRA, Eder. Desafios éticos na implementação de inteligência artificial no currículo: limites e potencialidades. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível**. São Paulo: Arché, 2024. p. 124-150. Disponível em: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-6>.

NASCIMENTO, Lorena Piza Arndt do; MAIA, Zilka Sulamita Teixeira; ROSA, Vitor Nunes. Inteligência Artificial e Docência na Educação Superior: entre a automação da informação e a reinvenção da aprendizagem. In: **Docência na Educação Superior: Inclusão, Inovação Pedagógica e Inteligência Artificial**. São Paulo: Aurum Editora, 2026. p. 115-119. Disponível em: <https://doi.org/10.63330/livroautoral462026-009>.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

REIS, Eugenia da Silva. DUA — Desenho Universal para a Aprendizagem Integrado à Inteligência Artificial na Educação Inclusiva. **Educação & Inovação**, Editora Qualis, 2025. ISSN 3085-914X. Disponível em: <https://doi.org/10.64326/educacao.v1i15.204>.

RODRIGUES, Cícero Alexandro Diniz *et al.* Desenvolvimento de competências para o século XXI: a influência da IA e das tecnologias no currículo educacional. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). **Inovação na educação: metodologias ativas, inteligência artificial e tecnologias na educação infantil e integral**. São Paulo: Arché, 2024. p. 73-99. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-111-5-3>.

SANTOS, Anderson César de Souza; DIAS, Claudia Aparecida Vale; BARBOSA, Danara Pianssolla. Inteligência artificial na avaliação educacional: redefinindo o currículo para competências do século XXI. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (org.). **Tecnologia e inclusão: ferramentas e práticas para um mundo digital acessível**. São Paulo: Arché, 2024. p. 72-96. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-108-5-4>.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana. Currículo, tecnologia e metodologias ativas: uma combinação poderosa para o ensino no sistema prisional. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana**, Curitiba, v. 22, n. 9, p. 1-18, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/oelv22n9-151>.

SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana *et al.* A inclusão escolar e o uso de tecnologias assistivas. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). **Educação em foco: inclusão, tecnologias e formação docente**. São Paulo: Arché, 2024. p. 464-491. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-112-2-19>.

SOBRAL, Maria Neide. Inteligência Artificial e Autoria: uma questão (in)conclusiva na educação. In: **Educiber: educação e inteligência artificial: travessias**. Aracaju: Editora

Universidade Tiradentes, 2024. p. 259-280. Disponível em:  
<https://doi.org/10.17564/2024.88303.32.0.259-280>.

SOUZA, Ana Paula de Souza *et al.* Personalização da aprendizagem com inteligência artificial: como a IA está transformando o ensino e o currículo. In: SANTOS, Silvana Maria Aparecida Viana; FRANQUEIRA, Alberto da Silva (orgs.). **Inovação na educação**: metodologias ativas, inteligência artificial e tecnologias na educação infantil e integral. São Paulo: Arché, 2024. p. 127-153. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.978-65-6054-111-5-5>.